

22/05/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 110.840 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(S)	: ADÃO DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *Habeas Corpus*. Penal. Furto qualificado. Incidência do princípio da insignificância. Inviabilidade. Crime praticado mediante o rompimento de obstáculo. Ordem denegada.

É entendimento reiterado desta Corte que a aplicação do princípio da insignificância exige a satisfação dos seguintes vetores: (a) mínima ofensividade da conduta do agente; (b) ausência de periculosidade social da ação; (c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

As peculiaridades do delito - praticado mediante a destruição de obstáculo (arrombamento da janela da casa da vítima) -, demonstram significativa reprovabilidade do comportamento e relevante periculosidade da ação, fato este suficiente ao afastamento da incidência do princípio da insignificância.

Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de maio de 2012.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente

22/05/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 110.840 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(S)	: ADÃO DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ADÃO DE SOUZA, contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do HC 195.178/MS.

A impetrante alega que a conduta praticada pelo paciente (furto de um motor elétrico, avaliado à época dos fatos em R\$ 88,00) é materialmente atípica, tendo em vista o princípio da insignificância.

Indeferi o pedido de liminar, informações foram prestadas pelo juízo de origem e o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

22/05/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 110.840 MATO GROSSO DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Não obstante a relevância dos argumentos expendidos na inicial, **entendo estarem ausentes os requisitos autorizadores da incidência do princípio da insignificância.**

Como se sabe, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o reconhecimento do princípio da insignificância **exige a satisfação de quatro vetores**, que são: a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada (HC nº 84.412, rel. Min. Celso de Mello, Dj nº 222, de 19.11.2004).

Desse modo, ainda que fosse considerada apenas a baixa expressão pecuniária do delito (cerca de R\$ 88,00), esta seria apenas um, mas não o único, dos requisitos para a aplicação do princípio em questão, relevando analisar, neste caso peculiar, a **reprovabilidade do comportamento e a periculosidade da ação.**

No caso vertente, consta da denúncia que o furto foi “cometido mediante o rompimento de obstáculo”, uma vez que o ora paciente teria ingressado na residência da vítima mediante o “arrombamento de uma janela da casa”.

Além disso, *ad argumentandum tantum*, o ora paciente é reincidente e criminoso habitual, constando em seus antecedentes criminais **condenações definitivas por homicídio e por crimes contra o patrimônio.**

Assim, considerando-se as peculiaridades da conduta delitiva em análise, sobretudo em relação ao *modus operandi* do crime (praticado mediante o rompimento de obstáculo), entendo que a reprovabilidade do

HC 110.840 / MS

comportamento do agente e a periculosidade da ação foram significativamente agravadas, fato este que inviabiliza a incidência do princípio da insignificância em decorrência do não atendimento dos vetores asseverados por esta Corte.

Por todo o exposto, **voto pela denegação da ordem.**

22/05/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 110.840 MATO GROSSO DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Acompanho o eminente Relator. **Observo**, *no entanto*, que Sua Excelência **não** denega o “*writ*” por motivo de reincidência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - É uma nota de reincidência.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Sim.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Não.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É que o Plenário deste Tribunal **ainda** não apreciou questão que lhe foi submetida a **propósito** da constitucionalidade, *ou não*, do instituto da reincidência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Sua Excelência não fez referência - eu prestei bem atenção ao voto -, apenas mencionou o rompimento de obstáculo.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: O arrombamento...

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Só no arrombamento, para mim já basta para não acolher.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 110.840

PROCED. : MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

PACTE.(S) : ADÃO DE SOUZA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto do Relator. **2ª Turma**, 22.05.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte
Secretária